

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.148 - RJ (2019/0169071-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RAFAEL GOMES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : ROGÉRIO DA SILVA PINTO E OUTRO(S) - RJ090371
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

RAFAEL GOMES DA SILVA – preso em flagrante (30/3/2018) por suposta prática do delito do art. 33, c/c o art. 40, ambos da Lei n. 11.343/2006 –, alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** no HC n. 0006272-44.2019.8.19.0000.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, anoto que o Magistrado de primeira instância, ao decretar a prisão preventiva do acusado, consignou: "foi encontrado com o flagranteado considerável quantidade de entorpecente (**2.120 gramas de cocaína**), o que denota uma maior reprovabilidade de sua conduta e distância de eventual aplicação da minorante prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06" (fl. 19).

A quantidade e a natureza da droga apreendida evidencia o *periculum libertatis* e justifica a manutenção da custódia cautelar para **assegurar a ordem pública**, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global, e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios de razoabilidade e proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso em sua particularidade.

Na hipótese, o Tribunal de origem destacou: "o processo original apresenta um trâmite regular, inexistindo períodos de inércia ou desídia do Poder Judiciário" (fl. 48). Com efeito, em consulta ao andamento processual na instância de origem, é possível constatar que o feito está recebendo impulsos regulares, o que afasta, a um primeiro olhar, a plausibilidade do direito tido por violado.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, cuja resposta deverá ser remetida **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

